



História Unicap  
ISSN 2359-2370

# Do “terrorismo” à resistência cultural: as oposições a ditadura militar representadas nos livros didáticos de história (1985-2002)

*From “terrorism” to cultural resistance: as oppositions to military dictators represented in the didactic books of history (1985-2002)*

**Juliana Miranda Figueiras\***

*jufilgueiras@gmail.com*

**Rafael Martins Neves\*\***

*rafaelmartins.historia@gmail.com*

## **Resumo:**

Este artigo tem como escopo a análise das representações feitas pelos livros didáticos de História acerca das oposições à Ditadura Militar Brasileira. Os livros analisados circularam no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre suas edições de 1985 e 2002, a partir de uma abordagem que leva em consideração as especificidades dos manuais didáticos e suas múltiplas significações. Começamos por uma análise do mercado editorial brasileiro nesse setor, com seus condicionantes específicos em relação à disciplina de História. Posteriormente, apresentamos os livros e seus autores. Por fim, foi feita a análise propriamente dita das representações acerca da temática, destacando três tipos principais: a visão que justifica a ditadura, que condena as formas de resistência; a valorização de grupos de oposição, com foco para políticos de carreira, manifestações cívicas e a luta armada; e a abordagem, feita nos livros mais recentes, de aspectos culturais da resistência, a partir de uma diversificação dos sujeitos, com as chamadas “pautas identitárias”.

## **Palavras-chave:**

História da Educação; Livros didáticos; Ditadura Militar; PNLD.

## **Abstract:**

*This article aims to analyse the representations made in didactic history books regarding the oppositions to the Brazilian military dictatorship. The reviewed books circulated in the National Textbook Program (PNLD) between 1985 and 2002 editions, from an approach that takes into account the specificities of didactic manuals and its multiple meanings. We begin by analysing the Brazilian editorial market in this segment, with their specific constraints in relation to the history discipline. Subsequently, we are going to present the books and their authors. Finally, it was made the actual examination of the representations about the theme, highlighting three main types: the vision that justifies the dictatorship, which condemns all forms of resistance; the appreciation of the opposition groups, focusing on career politicians, civic events and the armed struggle; and the approach, made in the most recent books, of the cultural aspects of the resistance, from the diversification of the subjects, with the so-called “identity politics”.*

## **Keywords:**

*History of Education; Didactic Books; Military Dictatorship.*

\*Professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais.

\*\*Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Alfenas.

## Introdução

Este artigo tem como escopo a análise das representações sobre as oposições à ditadura militar nos livros didáticos de História, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 1985 e 2002. Durante esse período, é possível entrever a existência de diferentes visões acerca da temática, o que nos pode levar a acompanhar historicamente o processo de constituição da narrativa escolar da disciplina de História acerca da Ditadura Militar. Isso se faz cada vez mais fundamental, em tempos nos quais esta vem sendo ressignificada, com a construção de uma visão positiva acerca do regime como legitimação de práticas autoritárias no tempo presente. Por esse motivo, é fundamental compreender historicamente como os livros didáticos, ferramentas fundamentais no cotidiano escolar e na prática docente, participaram da construção de significados acerca de aspectos centrais para a compreensão do período militar.

Nosso foco se concentrou nas estratégias discursivas, didáticas e editoriais que buscaram estabelecer uma determinada leitura (CHARTIER, 2002). Nesse sentido, o conceito de representação não foi compreendido como uma construção puramente abstrata sobre a realidade social. Ao contrário, tomamos a definição de Roger Chartier (2002), que o vê como a forma pela qual diferentes grupos constituem mentalmente a sua realidade, a partir da elaboração de categorias, por meio de práticas concretas de construção, difusão e institucionalização de suas representações. Para o autor, as representações não possuem existência autônoma, estando sempre relacionadas a práticas que as colocam no complexo jogo social e buscam lhes conferir significados. O autor critica a "História das mentalidades", que se ocuparia das chamadas "ideias desencarnadas", dissociadas das práticas e da materialidade que lhes dão suporte. Assim, a compreensão das representações da ditadura militar pelos livros didáticos não pode ser feita sem a consideração das práticas que lhes deram origem, nem da materialidade em que estão inseridas. Compreendendo o postulado de Chartier sobre a irredutibilidade do livro ao texto, é importante abordar, ainda que sucintamente, a forma livro didático, suas especificidades e seu processo de produção e distribuição no período analisado.

Alain Choppin (2002) é responsável pela abordagem de algumas das especificidades dos manuais: esses são objetos extremamente complexos, utilizados por sujeitos distintos, mobilizados para diferentes usos e finalidades e, portanto, portadores de diversos significados. Por exemplo, o uso que o professor faz de um livro didático para preparar suas aulas é diferente daquele feito pelo aluno que busca aprender a lição. Assim, não se pode compreender tais objetos como apenas transmissores de um conteúdo. Eles são, também, portadores de uma determinada concepção pedagógica, que mobiliza estratégias para alcançar seu objetivo de produzir uma relação de ensino-aprendizagem. Como se dedicam à formação de jovens, são responsáveis por tentar construir, explícita ou implicitamente, determinados valores, como disciplina, obediência, tolerância, respeito, cidadania, etc. Por fim, são mercadorias, o que envolve todo um processo produção e comercialização, sendo bastante rentáveis em algumas situações, como é o caso do mercado editorial brasileiro.

Entretanto, antes de tratar de algumas características gerais da produção e distribuição dos livros didáticos no Brasil, durante o período aqui abordado, é importante esclarecer como será feita a análise. Kazumi Munakata (1997) se refere a uma visão tradicional acerca dos livros didáticos, que consistiria na construção de juízos de valor bastante negativos em relação aos manuais, vistos como produtos da indústria cultural responsáveis por vulgarizar o

conhecimento produzido na academia, considerada a ortodoxia a ser seguida. Ou seja, ao apresentarem conteúdos que, muitas vezes, não estavam afinados ao que se produzia na academia, os livros didáticos seriam responsáveis pela perda de seu valor e seu significado.

Esse tipo de visão, além de desconsiderar as especificidades de um livro didático, coaduna uma ideia que coloca o conhecimento ensinado na escola como derivação daquele produzido pela academia, compreendendo qualquer tipo de diferença em relação a este como vulgarização, simplificação ou, simplesmente, erro. Aqui, adotaremos outra perspectiva, baseada no trabalho de André Chervel (1990) sobre as disciplinas escolares. Para o autor, estas não seriam derivadas do meio universitário, mas construções próprias da escola, que teriam aí o seu lugar de originalidade. Sendo assim, as disciplinas escolares não seriam a simples junção entre conteúdos acadêmicos e métodos pedagógicos, mas uma produção escolar que, embora dialogue com tais saberes, não é derivado unicamente deles e nem menos importante. Nesse sentido, Chervel defende a utilização dos livros didáticos como fontes para o conhecimento das disciplinas escolares, pois, apesar de serem, muitas vezes, produzidos por sujeitos que estão fora da escola, têm nessa o seu espaço de uso, o que impacta no seu processo de produção.

O estudo dos conteúdos beneficia-se de uma documentação abundante à base de cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos. Verifica-se aí um fenômeno de vulgata, o qual parece comum às diferentes disciplinas. Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso. Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do *corpus* de conhecimento, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas. São apenas essas variações, aliás, que podem justificar a publicação de novos manuais e, de qualquer modo, não apresentam mais do que desvios mínimos: o problema do plágio é uma das constantes na edição escolar (CHERVEL, 1990, p. 203).

Desse modo, os manuais não serão aqui analisados com o intuito de fazer uma comparação com o conhecimento histórico produzido na academia sobre a temática. Embora essa modalidade de saber seja uma das fontes para a produção dos livros didáticos e para o saber histórico escolar, nosso intuito será compreendê-los a partir de suas próprias especificidades em termos de forma e objetivos a serem atingidos.

Isso torna importante compreender os múltiplos sujeitos envolvidos em seu processo de produção, conforme exposto por Munakata (1997) em seu doutorado. Ele demonstra como, a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, os livros didáticos passam a assumir uma fatia significativa do mercado editorial brasileiro, sobretudo devido aos investimentos governamentais. Por meio de programas oficiais de distribuição, o Estado brasileiro passa a adquirir grandes quantidades de exemplares do gênero, o que garantia às editoras a certeza da venda, gerando uma vantagem considerável. Por outro lado, isso exigiu uma crescente profissionalização do setor, que teria sido responsável pelo crescimento das equipes editoriais e das etapas pelas quais a produção dos manuais passava. Após a entrega dos originais pelos autores, tem início o processo de editoração, com o trabalho de *copy-desk* e revisão. Por meio desse, os textos recebidos passam por uma adequação, que considera aspectos como o público-alvo a que é direcionado, as prescrições curriculares vigentes, a expectativa dos professores acerca do material, etc. Em alguns, é comum também a contratação de equipes especializadas para a elaboração de exercícios. Depois disso, tem início o projeto gráfico, que

diagrama os textos e os dispõe com ilustrações, boxes, mapas, etc. Essa etapa tem como objetivo tornar o livro atrativo, em aspectos como a legibilidade, *layout* e organização. Por fim, é enviado à gráfica, onde é impresso, cortado e recebe o acabamento, transformando-se no produto final que será distribuído nas escolas.

Não será feita, neste artigo, a análise específica do processo de produção de cada um dos livros que utilizaremos como fontes, uma vez que nosso objetivo principal é compreender como esses apresentavam as oposições à ditadura militar. Entretanto, tendo em vista essas características gerais, passaremos pela apresentação das obras e de seus autores. Para compreender como foram selecionadas, é necessário apresentar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela distribuição dos manuais para as escolas no período tratado aqui e, portanto, com um impacto significativo em sua produção.

## O mercado editorial de livros didáticos e seus condicionantes: PNLD e PCNs

A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, é um elemento central para a compreensão dessa área do mercado editorial nas décadas seguintes. Em seus primeiros anos, esteve sob responsabilidade da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), criada em 1983 e que passou a ser responsável, entre outras funções, pelos programas de distribuição de manuais no país, entre eles o Programa do Livro Didático (PLID). No ano seguinte, passa por uma mudança substancial: se até então os manuais eram produzidos em sistema de coedição entre editoras e Estado, passaria então a ser apenas o comprador de exemplares, retirando do âmbito estatal qualquer participação na produção das obras (HOFLING, 1993); (CASSIANO, 2007).

O PNLD foi criado em 1985, como parte de um esforço para a redemocratização do país por meio da melhoria da educação. Os livros didáticos foram considerados fundamentais para atingir a tal objetivo. Sendo assim, propunham-se a três diferenças fundamentais em relação aos programas que os antecederam: 1) distribuição de livros não-perecíveis, que pudessem ser reutilizados em anos posteriores; 2) direito de escolha pelo professor das obras que serão utilizadas; 3) universalização na distribuição dos manuais, que deveriam ser recebidos por todos os alunos das escolas públicas, independente de sua condição financeira. Apesar de apenas o primeiro objetivo ter sido atingido plenamente nessa fase inicial do programa, ele representou um impacto significativo para esse setor do mercado editorial, tanto pelo aumento dos investimentos estatais, quanto pela profissionalização das editoras, que tiveram que atender a requisitos técnicos impostos pelo Estado (MUNAKATA, 1997); (CASSIANO, 2007).

Entretanto, a partir da década de 90, passaram a surgir conflitos significativos entre autores de livros didáticos, editoras e Estado, com participação relevante da imprensa, que ajudou a difundir as visões negativas sobre os manuais, já abordadas anteriormente. É o caso, por exemplo, de uma série de matérias veiculadas pela *Folha de S. Paulo* em 1994, que noticiavam os resultados de uma avaliação inicial dos livros do PNLD feita por professores universitários, que teriam demonstrado a existência de erros e equívocos fundamentais nesses objetos.

Tais “distorções e erros crassos” eram de várias ordens. Em primeiro lugar, havia erros conceituais: por exemplo, livros de matemática para 1º grau que não fazem “distinção entre número (entidade abstrata)

e numeral (símbolo)”, ou de ciências que, após caracterizar os insetos como seres de seis patas, mencionam “outros insetos” com oito patas (*Folha de S. Paulo*, 21/4/1994, p. 3-1). “Idiotização da criança”; “exercícios mecânicos de repetição e cópia”, sem “atividades lúdicas, desafios”; inadequação dos títulos “por exemplo, uma obra denominada *Meio Ambiente, Vida e Saúde*, induziria a idéia de “ambiente independente dos seres vivos”); e privilégio conferido à ficção, “o que pode transformar a leitura e o aprendizado em uma tarefa descolada da realidade da criança” – essas são, segundo o jornal, outras tantas críticas apresentadas pela comissão (*Folha de S. Paulo*, 21/4/1994, p. 3-1) (MUNAKATA, 1997, p. 61-62).

Conforme demonstrado por Munakata, o jornal acabou por legitimar uma visão cientificista presente na academia, segundo a qual o conhecimento escolar se constituiria em uma vulgarização daquele produzido nas universidades. Some-se a isso a pressão gerada pela participação do Brasil, em 1990, na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, que culminou na elaboração do *Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003)*, em 1993. Este concebia os livros didáticos como insumos fundamentais para a melhoria do processo educacional, reforçando a preocupação com a sua qualidade.

A partir disso, foi implementado um processo de avaliação pedagógica no PNLD em 1996, chegando aos livros dos anos finais do Ensino Fundamental na edição do programa de 1999. Segundo Flávia Eloísa Caimi (2017), ao colocar em foco as discussões sobre a qualidade dos livros didáticos, a avaliação foi estruturada do seguinte modo:

publicação de editais para balizar a avaliação pedagógica; organização cíclica trienal para cada etapa da escolarização básica (anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio); a gradativa inserção de componentes curriculares no processo avaliativo; a contratação de universidades públicas para coordenar a avaliação pedagógica das coleções inscritas mediante edital; a definição de critérios de natureza técnica e pedagógica, resguardando não só as especificidades físicas dos livros, mas sobretudo as formulações metodológicas e conceituais, preocupações crescentes com a supressão de erros, anacronismos, simplificações explicativas, estereótipos; investimentos no combate a preconceitos de diversas naturezas e na incorporação de políticas de ações afirmativas (CAIMI, 2017, p. 34).

A análise do guia que foi distribuído para auxiliar a escolha dos livros didáticos que seriam usados pelos professores, em 1999, dá a ideia de alguns dos pressupostos que norteariam a avaliação, em termos gerais. Esse guia passava a trazer, além de resenhas das obras aprovadas, algumas explicações sobre como tinha sido feito o processo avaliativo. A educação é compreendida como objetivando a aprendizagem dos chamados “conteúdos significativos”, que teriam como parâmetro de validação o conhecimento produzido na academia. Assim, seriam eliminadas aquelas obras que contivessem erros graves e preconceitos. Como critérios classificatórios, é possível destacar a correção de conceitos e informações, a utilização adequada de uma metodologia para desenvolver habilidades que fossem além da memorização e a contribuição para a construção da cidadania. A partir de tais critérios, os PNLDs de 1999 e 2002 categorizaram os livros inscritos em *não-recomendados* – que não seriam distribuídos pelo Estado – e *recomendados com ressalvas, recomendados e recomendados com distinção*, numa hierarquização relativa à qualidade aferida pelos avaliadores (MEC, 1999; 2002).

A partir de então, surgem novas tensões entre Estado, editoras e autores, nos quais os dois últimos alegavam três problemas na avaliação levada a cabo pelo MEC: a divulgação das obras excluídas, que provocava um prejuízo de

imagem nos detentores de seus direitos; a presença de categorias de hierarquização dos livros, que teria impacto em sua comercialização fora do âmbito estatal e, por fim, a falta de transparência dos critérios e procedimentos do processo avaliativo. Apesar dessas críticas, as editoras foram obrigadas a adequar seu material, o que levou a transformações bastante significativas (CASSIANO, 2007); (CAIMI, 2017).

Antes de tratar especificamente da avaliação na área de História, é importante compreender a renovação pela qual a disciplina como um todo passava no período. No contexto da redemocratização, foi empreendida uma luta pela sua revalorização, já que havia sido substituída em muitos currículos estaduais pelos chamados Estudos Sociais. Além de uma busca pela autonomia da disciplina, também estavam presentes a crítica ao modelo de ensino predominante até então, marcado pela cronologia política e pela memorização, bem como a defesa da reaproximação entre a História ensinada em sala de aula e o conhecimento produzido pela pesquisa acadêmica (AZEVEDO, 2010).

Durante a década de 90, têm espaço as discussões que vão culminar na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a partir de 1996, que tinham como proposta geral uma educação que contribuísse para a construção da cidadania e o respeito à diversidade. Mantendo as críticas ao ensino tradicional da disciplina e à sua vinculação à cronologia dos acontecimentos políticos, os PCNs de História buscavam aproximar-se da realidade concreta do aluno, a partir da corrente historiográfica conhecida à época como Nova História, que teria como temas fundamentais a memória e o cotidiano. Não se trataria mais de uma narrativa calcada nos feitos dos grandes homens, mas na aproximação com a vida de pessoas comuns, na tentativa de levar os alunos à compreensão de si próprios como sujeitos históricos. Uma questão fundamental para a consecução de tais objetivos era a utilização de fontes históricas, em uma concepção mais ampla e que ultrapassasse os tradicionais registros escritos. Tais fontes deveriam ser utilizadas de maneira a deixar claro ao estudante o conhecimento histórico como construção, rompendo a ideia de narrativas pré-concebidas e totalizantes (NETO, 2009).

Do ponto de vista da seleção e organização dos conteúdos, os PCNs se opunham à prescrição fixa do que deveria ser ensinado. O professor, entendido como sujeito fundamental no processo, deveria diagnosticar a realidade em que sua escola e seus alunos estariam inseridos e, a partir daí, escolher seus conteúdos e métodos de ensino. Assim, o documento propunha que o ensino fosse organizado, para as séries finais do Ensino Fundamental, em dois eixos temáticos: *História das relações sociais, da cultura e do trabalho*, divididas nos subtemas *As relações sociais e a natureza* e *As relações de trabalho*; e *História das representações e das relações de poder*, com os subtemas *Nações, povos, lutas, guerras e revoluções* e *Cidadania e cultura no mundo contemporâneo*. A partir dessas temáticas o professor deveria organizar o processo educativo (MEC, 1998).

A partir de grande parte dessas ideias foi elaborada a avaliação pedagógica do PNLD na área de História. Holien Gonçalves Bezerra (2017), observa que a primeira avaliação da área centrou-se em "critérios voltados para a correção conceitual e de informação e coerência metodológica da história" (p. 72). As preocupações relativas à metodologia de ensino e aprendizagem se consolidaram nas avaliações posteriores do PNLD (BEZERRA, 2017, p. 73).

As edições de 1999 e 2002, nas quais as equipes de avaliação eram compostas majoritariamente por sujeitos ligados ao ambiente acadêmico<sup>1</sup>, tiveram uma avaliação bastante negativa do conjunto dos livros didáticos distribuídos. Isso se deveu - além de problemas realmente existentes nas obras -, à própria compreensão dos avaliadores sobre a relação entre conhecimento histórico acadêmico e escolar, inclusive com a utilização do conceito de “transposição didática” nos guias.

Critica-se muito, e não é de hoje, a qualidade do livro didático de História. É patente a distância que existe entre os avanços conseguidos, nas últimas décadas, no âmbito da pesquisa e das novas metodologias em História, e a sua efetiva assimilação na prática do magistério e, especificamente, nos instrumentos de trabalho construídos para auxiliar os professores. Essa distância, reconhecível em todas as áreas do conhecimento, é talvez maior no caso de História; seu objeto de conhecimento – as sociedades humanas no tempo – é extremamente complexo, passível de um sem-número de enfoques, deixando o historiador em terreno movediço. Não é, pois, de admirar a lentidão e os tropeços existentes no momento de se adequar o conhecimento histórico em constante transformação à elaboração de livros didáticos, em geral vistos com certo desdém pelos acadêmicos e pesquisadores (MEC, 1999, p. 455).

Ao avaliar as coleções, é importante ficar atento para as características gerais do conjunto da obra, principalmente no que diz respeito aos enfoques teórico-metodológicos mais amplos, em relação tanto à produção do conhecimento histórico propriamente dito, quanto à transposição didática dos conhecimentos produzidos (MEC, 2002, p. 274).

Holien Gonçalves Bezerra e Tânia Regina de Luca (2006), que ocuparam cargos de coordenação nas primeiras edições do PNLD, explicitaram, em texto sobre a trajetória da área de História, que os critérios de classificação das obras incidiam "sobre os aspectos teórico-metodológicos mais amplos, tanto em relação à produção do conhecimento histórico propriamente dito quanto em relação à transposição didática dos conhecimentos produzidos" (BEZERRA; LUCA, 2006, p.34-35).

Os livros inscritos nessas edições do PNLD tiveram, em geral, resultados bastante ruins. Em 1999, dos 112 livros inscritos, 61 foram excluídos, 42 recomendados com ressalvas e apenas 9 recomendados. Já em 2002, quando não foram mais permitidas inscrições de obras isoladas, mas apenas de coleções, das 20 inscritas, 3 foram excluídas, 15 recomendadas com ressalva, 1 recomendada e 1 recomendada com distinção (BEZERRA; LUCA, 2006).

## Breve apresentação dos autores e das obras analisadas

Sete manuais serão analisados aqui. Ao selecioná-los, buscamos escolher exemplares para a composição de uma amostra que contemplasse três diferentes perfis de autores e sua participação em distintos momentos do PNLD, formando assim três grupos. Sua escolha também foi feita de forma a permitir uma comparação entre as duas primeiras edições do programa que contaram com avaliação pedagógica e as anteriores, de forma a compreender também os impactos imediatos que o processo avaliativo teve nos manuais. O primeiro é composto pelas obras *História do*

<sup>1</sup> A partir da análise dos currículos *Lattes* dos avaliadores do PNLD, foi possível verificar que, em 1999, dos 31 pareceristas, 23 possuíam formação em pós-graduação (mestrado e/ou doutorado), quatorze eram professores universitários e oito possuíam experiência na educação básica. Em 2002, os onze avaliadores possuíam formação em pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) e eram professores universitários. Dois possuíam experiência na educação básica.

*Brasil*, de Borges Hermida<sup>2</sup> (s/d)<sup>3</sup>, publicado pela Companhia Editora Nacional, e *História do Brasil: o Império, a República e o Brasil Contemporâneo*, de Elian Alabi Lucci<sup>4</sup> (1985), publicado pela Editora Saraiva. Ambos são destinados à sexta série. Os autores têm em comum o fato de seus livros terem sido distribuídos nas quatro primeiras edições do PNLD para o segundo ciclo do Ensino Fundamental (1987, 1988, 1990, 1991). Ambos foram escritores de obras didáticas de Estudos Sociais, tendo um mercado considerável durante a Ditadura Militar. Após a implantação do processo de avaliação pedagógica, não voltaram a ter seus livros distribuídos pelo PNLD. Hermida já havia falecido à época, mas Elian Alabi Lucci continuou como autor de livros didáticos na área de Geografia.

O próximo grupo<sup>5</sup> é composto por quatro obras: *História do Brasil para uma Geração Consciente*, de Álvaro Duarte de Alencar e Gilberto Cotrim (1987), para sexta série; *História e Reflexão*, de Gilberto Cotrim (1999), para oitava série; *História e Vida* e *História e Vida Integrada*, ambos de Nelson e Claudino Piletti (1990; 2001), o primeiro para sexta e o segundo para oitava série. Os dois primeiros livros foram editados pela Saraiva e os dois últimos pela Ática. Gilberto Cotrim, Nelson Piletti e Claudino Piletti foram agrupados aqui por terem algumas características semelhantes: além de terem feito parte do movimento de crítica à História tradicionalmente ensinada e de uma certa renovação nos livros didáticos, nas décadas de 80 e 90, tiveram seus livros distribuídos tanto antes como depois do início da avaliação pedagógica pelo MEC. Importante destacar que *História e Vida Integrada* foi rejeitado pelo MEC no PNLD 1999, tendo sido reformulado, inclusive com a contratação de uma equipe para elaborar os exercícios. Após isso, ele foi o livro melhor avaliado no PNLD de 2002, sendo o único categorizado como *Recomendado com distinção* (FARICELLI, 2005).

Por fim, será analisado o livro *História: Cotidiano e Mentalidades*, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo<sup>6</sup> (1995), publicado pela Editora Atual. A obra integrou a edição de 1999 do PNLD. O que distingue esses autores dos demais é o fato de não terem tido nenhum livro distribuído na primeira fase do programa, ao contrário dos demais. Além disso, fica claro no próprio título a tentativa de romper com uma História tradicionalmente ligada aos temas políticos e econômicos, dando maior ênfase à cultura, por meio dos conceitos de cotidiano e mentalidades. Nesse sentido, o manual se aproxima da proposta feita pelos PCNs para o ensino de História.

## Oposições silenciadas e condenadas

<sup>2</sup> Borges Hermida era, à época, um conhecido autor de livros didáticos, tendo seus manuais editados pela Companhia Editora Nacional entre 1959 e 1989. Seu nome era bastante conhecido no mercado, com diversas de suas obras tendo sido adequadas e atualizadas editorialmente, ao longo do tempo, para responder às exigências de diferentes momentos históricos. (FERRARO, 2013)

<sup>3</sup> Apesar de não trazer uma informação precisa sobre sua data, o livro de Borges Hermida, em seu capítulo 21, intitulado "o progresso econômico do Brasil", trata da construção da usina de Itaipu, destacando que começou a funcionar no ano de 1983. Nesse sentido, consideramos que tenha sido escrito em meados da década de oitenta, já no período de redemocratização do país.

<sup>4</sup> Lucci começou a produzir manuais na década de 1970. Formado em Geografia e professor em colégios particulares e na PUC-SP, o autor também produziu livros didáticos de História, Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e Organização Social e Política Brasileira. Em entrevista a Kazumi Munakata, Lucci afirmou que não chegou a deixar totalmente a sala de aula, mas com o tempo foi dedicando mais à atividade de autor profissional de livros didáticos (MUNAKATA, 1997).

<sup>5</sup> Durante a pesquisa, não encontramos nenhuma referência sobre Álvaro Duarte de Alencar. Os demais autores deste grupo fizeram parte de uma geração que propôs renovações nos livros didáticos e no ensino de História. Gilberto Cotrim foi professor de educação básica, além de ter trabalhado como copidesque em editoras. Com o passar do tempo, abandonou a sala de aula e se tornou exclusivamente um autor de manuais. Já Nelson e Claudino Piletti, além de autores, eram também professores universitários, respectivamente na USP e na PUCAMP (MUNAKATA, 1997).

<sup>6</sup> Ricardo Dreguer e Eliete Toledo eram ambos professores de ensino básico que também produziam livros didáticos, conforme informado em seu próprio manual (DREGUER; TOLEDO, 1995).

As obras do primeiro grupo serão analisadas separadamente, por uma característica que as diferencia das demais: ambas possuem um tom de justificativa em relação à ditadura militar, evidenciada em alguns aspectos. Primeiramente, o pequeno espaço destinado à temática: o livro de Borges Hermida dedica um capítulo de três páginas intitulado “O Brasil Contemporâneo”, enquanto Lucci aborda o regime em um subtítulo de pouco mais de uma página, “Terceira República ou dos Governos da Revolução”, presente no capítulo “A República Nova e o Brasil após 1964”, que trata do período que vai desde o fim da Era Vargas até a época em que a obra foi escrita. Como podemos perceber, a própria nomenclatura utilizada para nomear o período evita o termo “ditadura”, usando termos mais brandos para não demonstrar seu caráter autoritário. Embora os livros tenham sido elaborados originalmente no período final da ditadura militar, o que dificultava as críticas ao regime, continuaram circulando nos primeiros anos do PNLD, e permaneceram com terminologias e explicações produzidas pelo próprio regime militar para a sua instauração.

Dito isto, ambos os livros utilizam a existência de oposições como estratégia argumentativa para legitimar o governo, por meio da ideia de excepcionalidade das medidas autoritárias. Segundo esta, a repressão teria sido necessária para conter o avanço do terrorismo e da subversão.

No manual de Borges Hermida, aparecem algumas citações muito breves à existência de oposições, de forma a não tirar o foco da narrativa calcada nos “grandes feitos” do regime, sobretudo na área econômica. Grande parte do capítulo trata das medidas dos presidentes nesses âmbitos. Entretanto, em duas citações do subtítulo “as medidas revolucionárias”, é possível entrever a visão negativa sobre os opositores.

Foi mantido pela revolução o Congresso e a Constituição, o que não evitou as medidas revolucionárias ditadas pelos atos adicionais.

- Supressão das garantias individuais, com a cassação de mandatos dos representantes do povo, suspensão dos direitos políticos por de anos e confisco dos bens dos acusados de prática subversiva ou de prática de corrupção [...].

Com o tempo, a revolução perdeu o radicalismo dos primeiros anos. Foram aprovadas leis que permitiam a formação de vários partidos (pluripartidarismo), concediam anistia aos punidos pelos governos revolucionários e estabeleciam as eleições diretas para governadores, realizadas no dia 15 de novembro de 1982 (HERMIDA, s/d, p. 84).

Primeiramente, é importante destacar que o autor não explica o que chama de “prática subversiva”, impedindo que o leitor compreenda no que ela consistia. Além disso, a repressão a tais práticas é entendida como “radicalismo dos primeiros anos”, que teria sido posteriormente corrigido pela anistia aos “punidos pelos governos revolucionários”. Ao não explicitar as práticas oposicionistas e as condições a que estavam sujeitas, o texto acaba por lhes retirar legitimidade. Além dessas citações indiretas, a existência de oposições não aparece em nenhum outro local do capítulo.

A obra de Elian Alabi Lucci não opta pelo quase total silenciamento a respeito das oposições, mas por uma adjetivação extremamente pejorativa em relação a elas, como forma de legitimar a repressão governamental como reação necessária. Isso aparece em algumas partes do capítulo. Por exemplo, ao tratar da implementação do que chama de revolução, o autor diz:

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco governou o país de 1964 a 1967 e, devido à situação em que o país se encontrava e para poder manter a paz social, necessitou tomar uma série de medidas de exceção.

Dessa forma houve a necessidade e cassar o mandato de alguns governadores estaduais e de muitos congressistas. Foram suspensos, por dez anos, os direitos políticos dos últimos três presidentes e de outras pessoas, civis e militares (LUCCI, 1983, p. 94).

Na abordagem do governo Costa e Silva, são explicitadas algumas formas de oposição ao regime, que justificam a “necessidade” de edição do AI-5:

O **Marechal Arthur da Costa e Silva**, um dos líderes da revolução, governou de 1967 a 1969. Eleito pelo Congresso, iniciou seu mandato no sentido de estabelecer-se a paz política, o que animou deputados a proporem uma anistia ampla e irrestrita aos prejudicados pela revolução. Essa possibilidade de anular decisões anteriores causou inquietação em certas áreas militares, especialmente na linha dura. Também foi preocupante uma série de atentados terroristas e passeatas estudantis, insufladas por líderes comunistas (1968) (LUCCI, 1985, p. 94, grifos do autor).

A última menção à existência de oposições é feita quando se trata do governo Médici, justificando ainda mais a necessidade de práticas repressivas pelo governo.

Agindo com energia, conseguiu a paz, que se via ameaçada pelos diversos grupos terroristas, de guerrilha urbana e rural, cujos líderes principais eram Mariguella (*sic*) e Lamarca. Esses movimentos comunistas de esquerda tinham como siglas: PC do B (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), etc. (LUCCI, 1983, p. 95).

Um dos aspectos importantes dos trechos é a caracterização de qualquer forma de oposição ao governo militar como ameaça à “paz social” e, portanto, como elemento legitimador das práticas autoritárias, vistas como “necessárias” e sendo inclusive elogiadas pela sua caracterização como uma ação que demonstra “energia” por parte do presidente. Além disso, é adotada a terminologia oficial utilizada pela ditadura para se referir às dissidências: são caracterizadas como “terroristas” ou, no caso das manifestações estudantis, “insufladas por líderes comunistas”. Note-se que tanto os atentados como as passeatas são utilizados como elemento causal justificador da repressão, como se tivessem o mesmo significado.

Uma diferença importante entre as obras de Hermida e Lucci é que este apresenta, ainda que muito sucintamente, algumas práticas oposicionistas. É possível perceber alguns sujeitos que as praticavam: políticos de carreira (“governadores estaduais” e “congressistas”), estudantes e guerrilheiros, além de citar alguns de seus grupos, como o PC do B, o PCB e o MR-8. Entretanto, essa forma de tratamento, que não apresenta as especificidades dos grupos, acabar por constituí-los em um elemento de justificação do arbítrio.

Podemos afirmar que ambas as obras tratam as oposições ao regime militar de forma muito breve e genérica - com uma representação construída sob uma ótica negativa e que utilizava a terminologia oficial do governo -, com o objetivo de tomá-la como elemento legitimador das práticas autoritárias e, no fim das contas, da própria existência da ditadura militar.

## Mudança na narrativa e valorização da resistência: oposição de políticos, manifestações cívicas e luta armada

Neste tópico, analisaremos a forma como as oposições ao regime militar são representadas nos livros de Gilberto Cotrim (1987; 1999) e dos irmãos Piletti (1990; 2001), em suas edições publicadas antes e depois da instalação do processo de avaliação pedagógica pelo MEC. Essas obras possuem diferenças significativas em relação às analisadas anteriormente. Primeiramente, é importante destacar que todas dedicam um espaço maior à temática, produzindo explicações mais pormenorizadas. Além disso, possuem uma visão bastante crítica em relação ao regime, muitas vezes assumindo um discurso de denúncia do autoritarismo. Nesse sentido, se apropriam de leituras provenientes da memorialística de esquerda e dos trabalhos acadêmicos para se contrapor ao discurso oficial da ditadura. É importante destacar que seus autores começaram a produzir obras didáticas durante o processo de redemocratização, estando ligados ao movimento de luta pela renovação e revalorização do ensino de História.

Em relação à narrativa sobre as oposições, há um deslocamento de sentido importante: essas não são vistas como terrorismo ou perturbação à "paz social", mas como resistência legítima de diferentes setores da sociedade civil frente ao aparato repressivo do Estado. Nesse sentido, a relação de causalidade estabelecida anteriormente é invertida, com a valorização da resistência e a condenação da repressão.

Nesse primeiro momento, analisaremos os tipos de oposição mais presentes nas narrativas dos manuais. Como esses são organizadas tendo como base a sucessão cronológica dos presidentes, podemos agrupá-las em três diferentes momentos: 1) durante o processo de consolidação do regime, nos governos de Castello Branco e Costa e Silva, com a resistência de políticos de carreira e manifestações cívicas; 2) no governo Médici, considerado o auge do autoritarismo, com a luta armada; 3) nos governos Geisel e Figueiredo, no bojo do processo de abertura política, com o crescimento dos movimentos sociais pela abertura e o fortalecimento das oposições no âmbito da política institucional.

No primeiro momento, é importante na narrativa dos manuais a existência de oposições por parte de políticos de carreira, sobretudo durante o governo Castello Branco. Embora não se explique claramente quais eram os expedientes utilizados por essas oposições, é possível entrever a sua existência em alguns momentos, quando se aborda as ações repressivas do regime.

Iniciou-se um período de intensa repressão dos líderes políticos ligados ao Governo anterior ou considerados, pelos militares, inimigos da nova ordem que estava sendo instituída. Em 60 dias, mais de trezentas pessoas foram punidas com a **cassação de mandatos** e a suspensão dos direitos políticos por dez anos. Entre elas, citam-se três ex-presidentes: Juscelino, Jânio e Goulart (ALENCAR; COTRIM, 1997, p. 149, grifos dos autores).

É importante perceber, nessa passagem, a denúncia dos expedientes repressivos da cassação de mandatos e da suspensão de direitos políticos. Essa postura do governo militar frente aos opositores será utilizada para legitimar a opção de alguns grupos de esquerda pela luta armada, como veremos adiante.

A obra mais recente de Cotrim, veiculada já na segunda fase do PNLN, aborda essas oposições políticas com

mais detalhes, sobretudo a partir de dois temas: a vitória eleitoral das oposições em 1965 e a construção da Frente Ampla contra o regime, em 1968, conforme explícito das seguintes passagens: "Em 1965, foram realizadas eleições para governos estaduais. As oposições ao regime militar conseguiram significativas vitórias. O governo federal decidiu, então, tomar novas medidas de força" (COTRIM, 1999, p. 165).

Arrependido por ter apoiado a ditadura no início, Carlos Lacerda tentou unir as diversas correntes políticas existentes numa frente ampla para lutar por uma nova Constituição, pela anistia, por eleições diretas. Procurou, então, seus antigos adversários, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart (COTRIM, 1999, p. 166).

Além dessas oposições no âmbito da política institucional, também são abordadas aquelas que têm como protagonistas membros diversos da sociedade civil. Os livros do primeiro momento dão ênfase às manifestações cívicas, sobretudo estudantis e operárias.

Durante o governo Costa e Silva foram muitas as manifestações contra a ditadura militar. Estudantes e operários faziam greves e saíam à rua para protestar. Em 1968 essas manifestações se tornaram mais frequentes. No Rio de Janeiro, cerca de 100 000 pessoas foram às ruas protestar em passeata contra o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia. Em São Paulo, aproximadamente novecentos estudantes provenientes de todo o país foram presos, quando participavam do XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), no município de Ibiúna. Trabalhadores de Osasco e de outras cidades entraram em greve (PILLETI; PILETTI, 1990, p. 85).

É importante destacar que tais oposições são tratadas como reação legítima à ditadura militar, e não "insufladas por líderes comunistas", conforme apontado no livro de Elian Alabi Lucci. Em sua obra posterior, os irmãos Piletti também tratam da existência de oposições em vários setores da sociedade.

Vários setores da sociedade – trabalhadores, estudantes, religiosos, intelectuais, etc. - manifestaram-se desde o início contra a ditadura militar instalada em 1964. Muitas pessoas tiveram que fugir do país; outras foram presas e torturadas; outras, ainda, foram mortas pelas forças da repressão (PILETTI; PILETTI, 2002, p. 120).

A narrativa construída pelos autores em suas obras estabelece a existência de uma oposição ampla ao regime militar em seus primeiros anos. Interessante notar que, após o golpe, não se trata em nenhum momento de possíveis apoios populares à ditadura. Essa resistência ampla teria sido combatida duramente, culminando na edição do AI-5, o que teria de vez impossibilitado qualquer forma de fazer oposição pacífica, levando alguns setores da esquerda necessariamente para a luta armada que, nos manuais aqui analisados, localiza-se somente no período de governo de Médici, embora saibamos que algumas iniciativas foram anteriores. O seguinte trecho da obra de Nelson e Claudino Piletti é significativo para pensar essa organização da narrativa.

Quando o General Médici assumiu a presidência, grupos armados já estavam atuando nas grandes cidades, era a chamada guerrilha urbana. Diante da impossibilidade de fazer oposição pacífica ao governo – pois quem se manifestava contrário ao governo era cassado ou preso – várias organizações

decidiram partir para a prática de ações armadas. Seus líderes eram políticos cassados, como o ex-deputado Carlos Lamarca. Os participantes dessas ações eram, em sua maioria, estudantes e operários (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 86).

Apesar de reconhecerem a existência de ações armadas em um período anterior ao governo Médici, os autores tratam da temática no tópico relativo ao seu governo. Isso também acontece nos outros manuais analisados neste item. Longe de ser mero detalhe, essa forma de organizar a narrativa subsidia a visão da luta armada como reativa ao AI-5 e ao endurecimento do regime.

Outro fator importante é que os livros aqui analisados, sobretudo os mais recentes, tentam fazer descrições mais pormenorizadas sobre as ações guerrilheiras, como os assaltos a bancos e o sequestro de diplomatas.

Os meios de comunicação – jornais, livros, discos, televisão, peças de teatro, etc. – eram vigiados pela polícia. Tudo o que desagradasse ao governo era severamente censurado. A ditadura não admitia críticas nem oposição pacífica. Talvez, por isso, surgiram vários **grupos guerrilheiros** que se lançaram à luta armada. Realizaram diversos assaltos a bancos, em busca de dinheiro para financiar a luta política. Sequestraram diplomatas estrangeiros para trocá-los por companheiros presos, que estavam sendo torturados nos porões dos órgãos de segurança. Entre os mais famosos líderes guerrilheiros deste período citam-se o ex-deputado comunista Carlos Marighella, o ex-capitão Carlos Lamarca e Osvaldo do Orlando da Costa. Todos esses líderes e seus grupos guerrilheiros foram esmagados pela repressão militar (COTRIM, 1999, p. 168).

Apesar disso, nenhum dos livros explica quais seriam os objetivos programáticos das organizações guerrilheiras para além de se contrapor ao regime militar. Nesse sentido, as ações armadas são compreendidas como fazendo parte de uma difusa resistência democrática que estaria presente entre os diversos setores da sociedade civil.

A repressão brutal por parte do governo é também presente na abordagem dessa temática. Ela aparece contraposta à existência de uma euforia por conta do crescimento gerado pelo “Milagre Econômico” e da manipulação das pessoas por uma propaganda considerada demagógica.

Centenas de pessoas foram presas nas cidades. Muitos foram mortos, como Carlos Marighella e Carlos Lamarca. Lamarca foi alcançado e morto no interior da Bahia. Os presos eram submetidos a torturas para revelar o nome dos companheiros de luta e os planos das organizações a que pertenciam. Em São Paulo, chegaram a ser presos muitos religiosos, acusados de colaborarem com os opositores. Um deles foi o Frei Tito de Alencar Lima, que depois deixou o país em troca de um embaixador sequestrado. Frei Tito acabaria se suicidando na França, como consequência das torturas a que havia sido submetido no Brasil (PILETTI; PILETTI, 2001, p. 123).

Podemos perceber, também, a construção de alguns personagens da resistência armada. Os que aparecem mais recorrentemente na narrativa dos quatro livros são Carlos Marighella, Carlos Lamarca e Frei Tito. Os dois primeiros como ícones da guerrilha em suas modalidades urbana e rural, enquanto o último representa um setor da Igreja Católica que teria dado apoio às ações.

Após a brutal repressão governamental e a derrota das ações armadas, as oposições ao regime voltam a compor a narrativa quando se trata do processo de abertura política do regime. Os livros aqui analisados dão importância, principalmente, a dois tipos de resistência neste momento: as ações dos políticos de oposição, sobretudo articulados no

MDB; e as manifestações de expressivos setores sociais, com protagonismo para as greves do ABC. Além disso, são considerados importantes eventos a campanha pela anistia e as Diretas Já.

A existência de oposições na sociedade civil reaparece no governo Geisel, sobretudo como reação às ações violentas do regime, como no caso do assassinato de Vladimir Herzog. Os livros destacam o grande culto ecumênico celebrado por Dom Paulo Evaristo Arns nessa ocasião como um ato importante de resistência à ditadura militar. Essas formas de resistência são, inclusive, compreendidas como um dos motivadores para a proposta de transição por parte dos militares.

Diante dos fracassos da política econômica e da crescente mobilização dos diversos setores da sociedade civil, o governo Geisel viu-se forçado a esboçar um projeto de "abertura política", visando a democratização do país. Enquanto a maioria dos brasileiros reclamava mudanças rápidas, o general Geisel defendia um processo de redemocratização "lento e gradual" (ALENCAR; COTRIM, 1987, p. 153).

Entretanto, o protagonismo maior dos movimentos sociais é ressaltado nos tópicos relativos ao governo Figueiredo, na campanha pela anistia e nas greves operárias do ABC.

Durante o governo do general João Figueiredo (15/3/1985) as manifestações populares foram crescendo. E o governo ora cedia, ora endurecia. Os operários, especialmente os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e São Paulo, recomeçaram as greves por melhores salários. Por um lado, o governo parecia tolerar aqueles movimentos; por outro, quando a greve acontecia mandava a polícia reprimir e até prender os grevistas. Os próprios funcionários públicos começaram a fazer greves em vários Estados, tentando melhorar suas condições de trabalho e seu salário (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 89).

Os livros da segunda fase do PNLD, produzidos no final da década de 90 e no início do século XXI, complementam essa narrativa com a construção de um personagem que representaria a luta operária: Luis Inácio Lula da Silva. Citado pelo texto principal em Gilberto Cotrim, o ex-sindicalista, que já era um importante agente da política nacional à época, é inclusive protagonista de um box na página 125 dos irmãos Piletti. Esse, intitulado "Surge uma nova liderança: Luís Inácio da Silva, Lula", traz além de um breve texto explicativo, uma foto de Lula discursando para uma multidão.

Em relação aos políticos de oposição, embora tenham aparecido na narrativa dos livros da primeira fase do PNLD, são as obras mais recentes que lhes conferem maior destaque. São eventos fundamentais a vitória eleitoral do MDB em 1974 e 1978, em pleitos legislativos, a campanha pelas diretas e a rearticulação de atores políticos de oposição importantes, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, inclusive com a vitória do primeiro para governador do Rio de Janeiro em 1983. Embora o movimento pelas diretas seja citado na maioria dos livros, ele é abordado geralmente em capítulos posteriores aos da ditadura, que já tratam da redemocratização do país.

Além dessas formas de oposição mais tradicional ao regime, por parte de políticos, da luta armada e de movimentos sociais (estudantis e operários), ganha espaço nos livros publicados na segunda fase do PNLD, após a edição dos PCNs e a instituição do processo de avaliação pedagógica pelo MEC, a chamada "resistência cultural".

## Uma renovação de interpretações: a resistência cultural e as “pautas identitárias”

Os livros editados após a implementação do processo avaliativo pelo PNLD e da elaboração dos PCNs abordam algumas formas de resistência à ditadura que não estavam presentes nas obras mais antigas. Isso se deve, em grande medida, à aproximação das equipes avaliativas e das prescrições curriculares com a chamada Nova História, que traz em si uma valorização dos aspectos culturais e de novos sujeitos que não eram abordados pelas narrativas mais tradicionais. Apesar disso, percebemos uma distinção bastante nítida entre a forma como isso é levado a cabo pelos diferentes livros.

Gilberto Cotrim e os irmãos Piletti mantêm a ênfase em uma narrativa de cunho político e econômico, com questões relativas à cultura aparecendo de forma bastante tangencial, em uma espécie de acréscimo aos textos de suas obras mais antigas. Sendo assim, a oposição cultural é geralmente abordada de maneira um tanto genérica, uma diferença significativa com as explicações pormenorizadas que apresentavam, por exemplo, sobre a luta armada.

Cotrim (1999) trata das oposições no plano da cultura em dois momentos de seu capítulo sobre a ditadura militar, de maneira limitada e tangencial. A primeira menção é feita no tópico que trata do governo Médici, quando é apenas citada a censura a peças de teatro e discos de oposição.

Os direitos fundamentais do cidadão foram suspensos. Qualquer um podia ser preso se fosse do desejo do governo. Nas escolas nas fábricas, na imprensa, nos teatros, a sociedade brasileira sentia a mão de ferro da ditadura. [...]

Os meios de comunicação – jornais, livros, discos, televisão, peças de teatro etc. – eram vigiados pela polícia. Tudo que desagradasse a ditadura era severamente censurado (COTRIM, 1999, p. 167-168).

Embora não seja explicado no que consistem essas peças de teatro e os sujeitos envolvidos em sua realização, é possível entrever a existência de oposições de cunho cultural à ditadura. Posteriormente, tratando do governo de João Baptista Figueiredo, o autor afirma: “Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, universidades e imprensa) passaram a reivindicar ardentemente a redemocratização do país”. A citação às “associações artísticas” permite entrever o surgimento de resistências nesse âmbito, embora isso também não seja elucidado de forma explícita no texto.

Nelson e Claudino Piletti (2001) tratam das oposições culturais, de forma mais direta, em um momento específico de sua narrativa, quando descrevem a diversidade de oposições ao governo Costa e Silva. Entre elas, aparecem os festivais de música e as apresentações de peças teatrais. Em um box intitulado “As canções de protesto”, localizado na página 121, a obra reproduz as letras das músicas *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, e *Apesar de Você*, de Chico Buarque. Isso se constitui em uma diferença importante em relação ao livro de Cotrim, uma vez que são apresentados dois personagens da resistência cultural e uma parte de suas obras. Além disso, os autores estabelecem uma relação de causalidade interessante de ser analisada. “Com o aumento da repressão, multiplicar-se-iam as músicas de protesto. O aumento da censura fez com que os compositores procurassem disfarçar as suas mensagens” (PILETTI; PILETTI, 2001, p. 121). Além de correlacionarem o recrudescimento da repressão ao

surgimento de mais músicas de protesto, os autores também apontam, ainda que sucintamente, a adoção de expedientes pelos artistas para burlar a censura.

Apesar dessas nuances, ambos os livros dão maior ênfase a formas de oposição mais "tradicionais", com a resistência cultural constituindo-se como um acréscimo. Isso é reforçado pelo fato de ela ser tratada em um box, separada do texto principal, na obra dos irmãos Piletti. O foco de sua narrativa continua recaindo sobre aspectos políticos e econômicos.

Diferença significativa pode ser observada na obra *História: Cotidiano e Mentalidades*, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo (1995). Logo em sua introdução, é possível perceber o questionamento ao predomínio de um ensino de História calcado em aspectos políticos e econômicos:

Analisando a maioria dos livros didáticos de História publicados nos últimos anos, percebemos que substituiu-se a história política e diplomática por outra centrada na economia, mas não se superaram os velhos marcos e temas. Consideramos que uma forma de dar um passo adiante é assumir a história como interpretação, colocando o aluno em contato com as várias construções/reconstruções que se fazem em torno dos processos históricos (DREGUER, TOLEDO, 1995, s/p).

É perceptível a sua aproximação com os referenciais teóricos da Nova História, sobretudo na adoção dos conceitos de "Cotidiano" e "Mentalidades" como norteadores da obra. Isso ocorre inclusive na forma como organizam a narrativa, que não se faz mais com base na cronologia política. Os capítulos são divididos em quatro partes: *cenário*, que faz uma contextualização geral do período; *personagens*, que apresenta os grupos sociais envolvidos, suas visões de mundo e suas relações; *trama*, que apresenta sucintamente o desenrolar da narrativa; e *cenários cotidianos*, em que os autores mobilizam pequenas narrativas fictícias, extremamente genéricas, para tentar mostrar ao aluno como era vivido o dia-a-dia nos períodos analisados.

Tratando das oposições à ditadura militar, embora aquelas de cunho mais tradicional, como a luta armada, o movimento estudantil e operário, também estejam presentes no texto, a resistência cultural ganha uma dimensão significativa, sendo central na narrativa. No item *cenário*, no qual os autores fazem uma breve explanação sobre o contexto que levou ao golpe de 1964, é destacada a existência de um projeto cultural de esquerda, que posteriormente se oporia ao regime.

Alguns setores das camadas médias, como estudantes, organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), e intelectuais, aderiram à defesa das reformas estruturais, realizando ativa militância política e cultural. Defendiam a idéia de criação de uma "cultura democrática e popular", levada a cabo por uma "arte revolucionária", que contribuísse para a "conscientização popular". Para tanto, a UNE criou os Centros Populares de Cultura (CPC), ainda em 1961; espalhados por todo o país, eles promoviam a apresentação de peças teatrais com temas políticos em portas de fábricas, favelas e sindicatos, vendiam cadernos de poesia a preços populares, financiavam filmes e cursos que abordavam temas variados, do teatro à filosofia (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 172-173).

Apesar de se localizar cronologicamente antes da instauração da ditadura, esse trecho é importante por demonstrar a compreensão dos autores de uma imbricação entre política e cultura. Além disso, é feita a exposição dos objetivos dos grupos e de suas estratégias, pormenorizando a explicação.

O item *personagens* trata da existência de uma oposição de cunho artístico ao regime, no âmbito das classes médias, que estariam divididas: se uma parte apoiava a ditadura por estar se beneficiando economicamente, a outra sofria repressão, sobretudo por conta de sua resistência no campo artístico e cultural.

Contudo, a classe média não pôde ignorar por muito tempo as medidas repressivas adotadas pelo regime militar. Seus filhos, estudantes secundaristas ou universitários, partilhavam do mesmo clima de rebeldia que agitava a juventude em todo o mundo. Eles participavam ativamente das manifestações contra o regime, iam a comícios e passeatas, promoviam a exibição de músicas e canções de protesto (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 175).

Em *trama*, a oposição cultural é destacada como uma forma de resistência pacífica, que foi tentada nos primeiros momentos do regime.

Intelectuais e artistas procuraram organizar espetáculos musicais e teatrais de forte conteúdo político para criticar o regime e tiveram grande sucesso de público, especialmente entre estudantes de classe média. Os jovens reagiram procurando manter em funcionamento as entidades estudantis, fechadas pelos militares; faziam reuniões clandestinas, organizavam manifestações, comícios e passeatas. Em 1968, organizaram no Rio de Janeiro a “passeata dos cem mil”, reunindo diversos setores da sociedade. Em São Paulo, centenas de estudantes reunidos para um congresso clandestino da UNE foram presos. Órgãos de imprensa e ordens religiosas se integraram no movimento de oposição pacífica (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 177).

A alcunha “oposição pacífica” é utilizada para designar as várias formas de resistência promovidas por artistas e intelectuais. A repressão a essas teria sido a principal geradora da opção de alguns setores pela lutar armada.

Por fim, em *cenar cotidianas*, ao descrever o dia “típico” de uma família da classe média, trata-se da participação de estudantes na exibição de “filmes de arte”, os quais eram proibidos pela censura pelo seu aspecto crítico.

O jantar reunia toda a família. Depois, os filhos mais velhos, estudantes universitários, pediam o carro da mãe emprestado e saíam. A juventude universitária tinha pontos de encontro fixos em lanchonetes e bares. Os amigos encontravam-se, bebiam e se informavam sobre as festas daquela noite; discutiam, também, os rumos da oposição política e do regime militar. Outras vezes, programavam assistir a “filmes de arte”, em salas especiais ou nas faculdades, onde eram exibidas cópias clandestinas de filmes proibidos pela censura (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 180).

É importante perceber que a noção de resistência cultural proposta pelos autores se limita às manifestações artísticas produzidas e consumidas pela classe média. Assim, em nenhum momento do texto é abordada qualquer tipo de oposição cultural por parte das classes populares, o que acaba por desconsiderar uma série de manifestações próprias destes. Entretanto, em comparação com os outros livros aqui analisados, é notável a diversificação na abordagem desse tipo de resistência.

Um último aspecto a ser destacado é que esta obra permite entrever, durante o processo de abertura política, o surgimento de outros tipos de oposições que não se limitavam ao movimento operário e às manifestações pela anistia e por eleições diretas.

Novas formas de mobilização política foram criadas: movimentos contra o custo de vida e pela moradia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o movimento negro e o movimento de mulheres. Antigos sindicatos reergueram-se sob lideranças recém-surgidas e renovaram o discurso da esquerda tradicional (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 178).

Apesar da citação aos movimentos contra o custo de vida e pela moradia, ao movimento negro e ao movimento de mulheres serem as únicas nos livros analisados nesse artigo, os temas não são desenvolvidos. Entretanto, é importante notar que ocorre a diversificação dos sujeitos envolvidos no contexto da redemocratização.

## Conclusões

As narrativas sobre as oposições à ditadura militar são fundamentais para compreender a disputa de representações acerca da temática existente nos livros didáticos do período analisado. Borges Hermida e Elian Alabi Lucci demonstram a existência de visões positivas em relação ao regime em alguns dos manuais que foram distribuídos durante os primeiros anos do PNLD, a partir de duas estratégias: o primeiro se utiliza do silenciamento, praticamente não apresentando formas de resistência; o segundo estabelece uma causalidade que acaba por deslegitimar qualquer forma de dissidência, compreendida como perturbação da “paz social” e gerando a repressão como reação necessária. Nessa narrativa, os opositores são “terroristas” ou estudantes influenciados por líderes comunistas.

Já as obras de Cotrim e dos irmãos Piletti demonstram um deslocamento de sentido na narrativa, com uma inversão da causalidade. A resistência, protagonizada por políticos, estudantes, operários e guerrilheiros é vista como legítima. A luta armada é justificada pela impossibilidade de se fazer qualquer tipo de oposição pacífica. A sociedade civil é compreendida como resistente, sobretudo em três momentos: durante a institucionalização do regime, no governo Médici e no processo de abertura.

Após a implementação do processo de avaliação pedagógica pelo PNLD e a edição dos PCNs, é possível ver dois movimentos nos livros que continuam a ser veiculados: a pormenorização nas explicações sobre a resistência e a diversificação de suas formas e atores. Sendo assim, Cotrim e os irmãos Piletti mantêm o foco nas formas de oposição que já haviam explicitado em seus livros mais antigos, embora com uma explicação mais detalhada. Além disso, acrescentam às suas narrativas a resistência cultural, embora de forma bastante tangencial, talvez como forma de se adequarem às exigências postas pelas prescrições curriculares e pelos avaliadores. Por fim, o livro de Dréguer e Toledo estrutura sua narrativa a partir dos conceitos de *cotidiano* e *mentalidades*, dando grande ênfase às oposições no âmbito cultural por parte da classe média, além de deixarem entrever o surgimento de diversos movimentos de contestação protagonizados por diferentes sujeitos durante a abertura política, como os movimentos de mulheres e negros.

A análise histórica das representações feitas pelos livros didáticos sobre diferentes temáticas acerca da Ditadura Militar é fundamental nesse momento histórico, em que as visões positivas acerca do período ganham cada vez mais espaço. Nesse sentido, é importante compreender o processo de produção dos manuais e sua complexidade, desmontando lugares comuns que imputam aos livros didáticos a função única e exclusiva de difusão de uma ideologia estanque ao longo do tempo. Como vimos, houve uma variação de representações durante os primeiros anos do PNLD, fruto de um diálogo entre autores, mercado editorial, avaliação estatal, escolha dos professores, etc. Em tempos como estes, em que se proclama uma “verdade” imutável e supostamente libertadora, a análise histórica é cada vez mais essencial.

## Referências:

- AZEVEDO, Crislane Barbosa. A renovação dos conteúdos e métodos da História ensinada. *Percursos*, Florianópolis, v. 11, n. 02, jul./dez. 2010.
- BEZERRA, Holien; LUCA, Tania Regina de. Em busca da qualidade: PNLD História – 1996-2006. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros didáticos de História e Geografia: Avaliação e Pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 15-53.
- BEZERRA, Holien. O PNLD de história: momentos iniciais. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*. 1a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). *Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas*. 1a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões para um campo de pesquisa*. *Teoria & Educação*, 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, Alain. *O historiador e o livro escolar*. *História da Educação*, Pelotas, n. 11, pp. 5-24, abr. 2002.
- FARICELLI, Marilu de Freitas. *Conteúdo pedagógico da História como disciplina escolar: exercícios propostos por livros didáticos de 5ª a 8ª série*. 2005. 163f. Dissertação. Mestrado em Educação. PUC-SP, São Paulo, 2005.
- FERRARO, Juliana Ricarte. *Compêndio de História do Brasil, de Borges Hermida: produção, editoração e circulação*. Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 27, Natal-RN. *Anais*, 2013.
- HOFLING, Eloisa de Matos. *A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988*. 1993. 253f. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993.
- MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 218f. Tese. (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- NETO, Manoel Pereira de Macedo. Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. *Revista História em Reflexão*, Dourados-MS, v. 3, n. 6, jul./dez. 2009.

## Fontes:

### Manuais analisados

ALENCAR, Álvaro Duarte de; COTRIM, Gilberto. História do Brasil para uma Geração Consciente – vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1987.

COTRIM, Gilberto. História e Reflexão – vol. 4. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Elite. História: Cotidiano e Mentalidades. Da hegemonia burguesa à era das incertezas: séculos XIX e XX. São Paulo: Atual, 1995.

HERMIDA, Borges. História do Brasil – 6ª série. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

LUCCI, Elian Alabi. História do Brasil: o império, a república e o Brasil contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 1985.

PILLETI, Claudino; PILLETI, Nelson. História e Vida: vol. 2. São Paulo: Ática, 1990.

PILLETI, Claudino; PILLETI, Nelson. História e Vida Integrada – 8ª série. São Paulo: Ática, 2002.

### Documentos oficiais:

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Manual para indicação do livro didático – PNLD 1986-1987. Rio de Janeiro, 1986.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Manual para indicação do livro didático – PNLD 1988. Rio de Janeiro, 1987.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Manual para indicação do livro didático – PNLD 1992. Rio de Janeiro, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Guia de Livros Didáticos – PNLD 1999. Brasília, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de Livros Didáticos – PNLD 2002. Brasília, 2001.

*Submissão: 19/03/2019*

*Aceite: 10/12/2019*